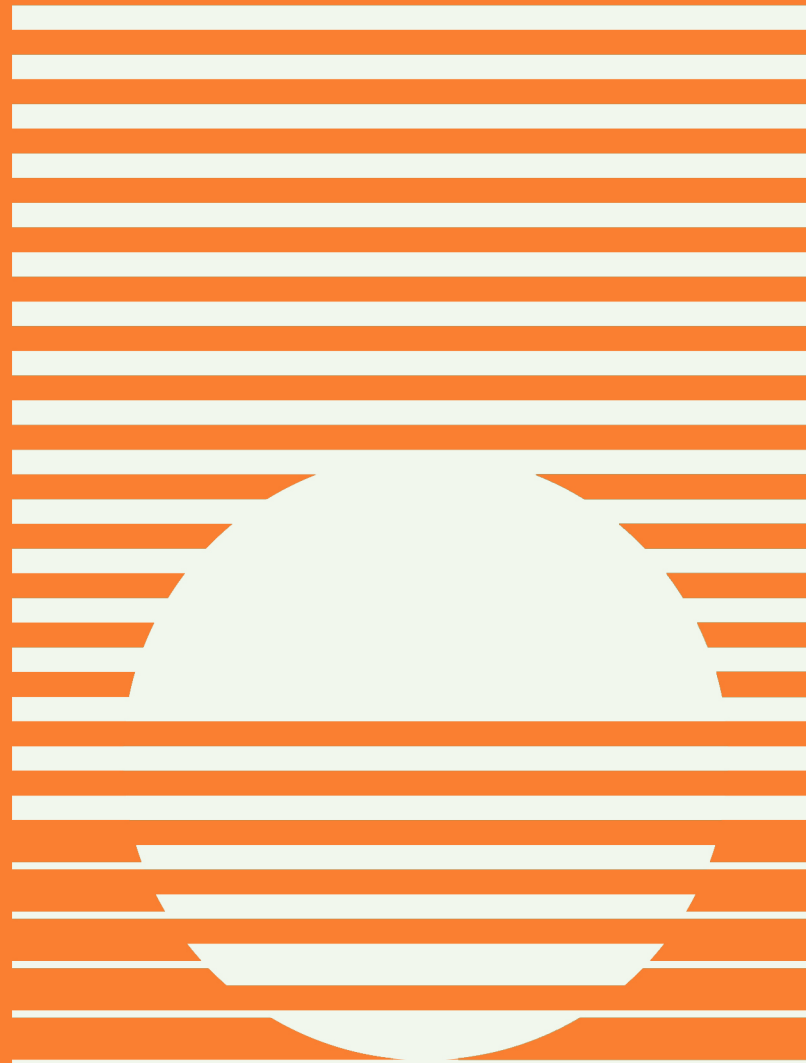


ISSN 2526-5822

# CONJUNTURA



LATITUDE  
SUL



03  
2026

# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).

## Corpo Editorial

**Editor Executivo:** Guilherme Fritz.

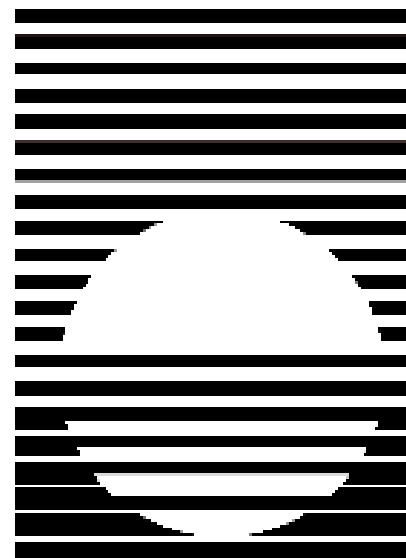
**Conselho Editorial:** Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

**Editoria de Redação:** Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Marília Closs, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).  
Rua da Matriz 82, Botafogo  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP: 22260-100 – Brasil  
Tel: +55 (21) 2266-8300

**OPSA**

[opsa.com.br](http://opsa.com.br)



## SUMÁRIO

### **Página 04**

Brasil e EUA mantêm impasse no tema do crime organizado

Em Cúpula esvaziada, Lula e Petro discutem segurança da região na CELAC

### **Página 05**

Brasil e Paraguai ratificam Acordo Mercosul-União Europeia

Alinhamento de Milei a Trump eleva a tensão diplomática entre Argentina e Irã

### **Página 06**

Daniel Noboa assina Carta de Doral e amplia o alinhamento com os EUA

Irfaan Ali aprofunda parceria da Guiana com os Estados Unidos

### **Página 07**

Relações da Colômbia com países da região variam entre tensões e cooperações

Eleições legislativas na Colômbia consolidam Pacto Histórico como maior força

### **Página 08**

Kast toma posse do governo do Chile e reorienta política externa e ambiental

### **Página 09**

Escândalos e troca de gabinete agravam crise política no Peru em meio à campanha eleitoral



## Brasil e EUA mantêm impasse no tema do crime organizado

No dia 8 de março, o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, conversaram por telefone sobre a preparação de um encontro entre Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump, ainda sem data para ocorrer, em meio a impasses bilaterais no tema de combate ao crime organizado. Vieira expressou a Rubio a contrariedade do governo brasileiro em relação à intenção de os EUA classificarem o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas, uma vez que essas facções teriam fins lucrativos, e não ideológicos, elemento este privilegiado pelo direito internacional sobre terrorismo. O governo brasileiro também se opõe a mudar a legislação doméstica a esse respeito. Em avaliação de membros da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) feita à imprensa, o enquadramento das facções como terroristas deixaria o Brasil vulnerável a sanções internacionais nas áreas de economia e segurança pública. Por sua vez, no dia 10, um porta-voz do Departamento de Estado dos EUA afirmou, também à imprensa brasileira, que o PCC e o CV representariam ameaças significativas à segurança regional, devido ao entrelaçamento entre narcotráfico, violência e crime transnacional nas Américas. O senador Flávio Bolsonaro, candidato à Presidência da República, apoiou a posição dos EUA em publicações nas redes sociais e criticou o governo Lula por falhar no combate ao que chamou de “narcoterrorismo”. No dia 13, a Folha de S. Paulo divulgou maiores informações sobre a negociação entre EUA e Brasil em andamento no tema e revelou que o governo Trump está colocando demandas mais amplas do que definições legais: solicita que o Brasil receba estrangeiros presos nos EUA, compartilhe dados biométricos de migrantes e apresente um plano para neutralizar o PCC, o CV, o Hezbollah e organizações criminosas chinesas que estariam presentes em solo brasileiro. Paralelamente à pressão de Washington, o presidente Lula buscou articular posições sobre crime organizado com países vizinhos. Nos dias 8 e 11, Lula telefonou, respectivamente, para seus homólogos do México, Claudia Sheinbaum, e da Colômbia, Gustavo Petro, para discutir a abordagem dos EUA nessa agenda, posto que aqueles dois países tiveram cartéis de drogas classificados como terroristas pelo governo Trump no ano passado. Além disso, no dia 16, Lula assinou com o presidente da Bolívia, Rodrigo Paz, em

visita a Brasília, um acordo para fortalecer ações de cooperação contra o crime organizado transnacional.

**Fontes:** [Carta Capital](#), 09/03/2026; [X](#), 09/03/2026; [Valor Econômico](#), 10/03/2026; [Estado de S. Paulo](#), 11/03/2026; [Folha de S. Paulo](#), 13/03/2026; [Poder 360](#), 16/03/2026; [Folha de S. Paulo](#), 18/03/2026.

## Em Cúpula esvaziada, Lula e Petro discutem segurança da região na CELAC

No início de março, o presidente Lula manteve contato com seus pares do México e da Colômbia para tratar sobre as declarações de Donald Trump sobre classificar facções criminosas como organizações terroristas na América Latina. O debate foi levado à 10ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CELAC, realizada em Bogotá, na Colômbia. No evento, Lula e Petro destacaram o papel da integração regional para a defesa dos países latino-americanos e caribenhos, reforçada pela declaração da região como Zona de Paz. Os dois presidentes também destacaram que é necessário fortalecer as instâncias multilaterais regionais, além de terem confirmado a participação no evento “Democracia contra o Extremismo” que ocorrerá em Barcelona, em abril. Contudo, o encontro da CELAC foi marcado pelo distanciamento dos líderes locais, já que apenas quatro dos 33 chefes de governo marcaram presença: além do brasileiro e do colombiano, o presidente do Uruguai, Yamandú Orsi, e o primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves, com os demais países sendo representados por seus chanceleres. Na semana anterior, um grupo de líderes latino-americanos marcou presença na reunião de criação da coalizão “Shield of Americas”, convocada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Dentre os participantes, os presidentes da Argentina, Javier Milei, do Equador, Daniel Noboa, da Bolívia Rodrigo Paz, do Paraguai, Santiago Peña, e o recém-eleito Jose Antonio Kast, do Chile. Na ocasião, os presidentes confirmaram sua adesão a uma nova política de segurança hemisférica, liderada pelos EUA.

**Fontes:** [The Guardian](#), 07/03/2026; [Agência Brasil](#), 18/03/2026; [Presidência da República do Brasil](#), 18/03/2026; [O Globo](#), 18/03/2026; [Infobae](#), 19/03/2026; [El País](#), 21/03/2026; [Telesur](#), 21/03/2026; [Brasil de Fato](#), 22/03/2026.

## Brasil e Paraguai ratificam Acordo Mercosul-União Europeia

No dia 4 de março, o Senado brasileiro aprovou, por unanimidade, o texto do Acordo Mercosul-União Europeia. No mesmo dia, foi publicado o Decreto N° 12.866, que regulamenta a aplicação de medidas de salvaguarda para produtores nacionais caso seja observado um desequilíbrio comercial que ameace a indústria local e/ou o setor agrícola. O dispositivo legislativo estabelece a possibilidade de suspensão temporária das tarifas acordadas ou mesmo a aplicação de uma cota tarifária para proteger o volume de importações. As investigações para aplicação das medidas ficarão a cargo do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. No dia 17, o Congresso Nacional promulgou o acordo, etapa que encerrou o processo pelo lado brasileiro. No Paraguai, a Câmara dos Deputados também aprovou o texto por unanimidade, com 57 votos. O presidente Santiago Peña classificou a ação como uma “decisão estratégica em um contexto de tensões globais”. No mês passado, Argentina e Uruguai foram os primeiros a cumprir todos os procedimentos legais internos para a ratificação do acordo. Conforme divulgado pela Comissão Europeia, com a conclusão dos processos de ratificação de todos os países membros do Mercosul, o acordo comercial será aplicado de maneira provisória a partir de 1° de maio.

**Fontes:** [Agência Senado](#), 04/03/2026; [Agência Brasil](#), 04/03/2026; [Agência Brasil](#), 17/03/2026; [Diario Hoy](#), 17/03/2026; [O Globo](#), 18/03/2026; [G1](#), 23/03/2026.

## Alinhamento de Milei a Trump eleva a tensão diplomática entre Argentina e Irã

A tensão na relação diplomática entre Argentina e Irã se intensificou após declarações do presidente Javier Milei. No dia 9 de março, durante um evento em Nova York, Milei classificou o Irã como “inimigo” da Argentina e voltou a acusar o país de envolvimento nos atentados contra a Embaixada de Israel, ocorrido em 1992, e à Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), em 1994, ambas localizadas em Buenos Aires. A reação iraniana veio no dia 17 de março, por meio de um editorial publicado no jor-

nal Tehran Times. No texto, o governo iraniano acusa Milei de ter ultrapassado uma “linha vermelha”, denunciando sua postura como hostil e alinhada ao que chama de “eixo americano-sionista”. O editorial também sustenta que o presidente argentino estaria promovendo uma política de “iranofobia” e nega qualquer envolvimento nos atentados. Também em alinhamento com os Estados Unidos e com Israel, no dia 25 de março, a Argentina votou contra uma resolução na ONU que classifica o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas como o crime mais grave contra a humanidade. Apesar do voto contra dos três países, a medida foi aprovada com ampla maioria. Outra medida tomada por Milei que segue a linha da diplomacia estadunidense foi a retirada da Argentina da Organização Mundial de Saúde (OMS), oficializada no dia 27 de março. Milei argumenta que a decisão faz parte de uma estratégia mais ampla de redefinição da política sanitária argentina, baseada na ideia de maior “soberania” nacional. O governo critica a atuação da OMS, especialmente durante a pandemia de Covid-19, acusando-a de adotar diretrizes influenciadas por interesses políticos. Além da saída, o governo anunciou que pretende revisar os protocolos de vacinação. Entre as mudanças discutidas está a exigência de critérios mais rigorosos para aprovação de vacinas, como a ampliação de testes clínicos e padrões mais estritos de avaliação científica, o que pode gerar possíveis impactos na cooperação internacional em saúde e no acesso a políticas globais de prevenção e controle de doenças. Enquanto isso, no plano doméstico, o presidente argentino vem tomando medidas acusadas de flertar com o autoritarismo. No dia 24 de março, quando completaram 50 anos do golpe militar de 1976 na Argentina, o governo divulgou um vídeo oficial nas redes sociais que gerou forte controvérsia por enfatizar a necessidade de preservar uma “memória completa”, sugerindo que também deveriam ser considerados os atos de grupos guerrilheiros da época, abordagem frequentemente associada a discursos que relativizam o terrorismo de Estado. Além disso, no dia 4 de março, pela primeira vez, a Argentina concedeu asilo político a um brasileiro condenado pelos atos de 8 de janeiro de 2023, no qual apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro tentaram dar um golpe de Estado no Brasil. O beneficiado se chama Joel Borges Correa, condenado pelo Supremo Tribunal Federal a mais de 13 anos de prisão por participação nos ataques às sedes dos Três Poderes em Brasília. Após a condenação, ele deixou o Brasil e foi localizado

na Argentina, onde solicitou refúgio. A decisão foi tomada pela Comissão Nacional para Refugiados da Argentina (Conare) e há suspeitas de que tenha havido pressão política por parte do governo de Milei.

**Fontes:** [Agência Brasil](#), 10/03/2026; [Clarín](#), 17/03/2026; [Página 12](#), 16/03/2026; [Revista Fórum](#), 26/03/2026; [The Guardian](#), 24/03/2026.

## Daniel Noboa assina Carta de Doral e amplia o alinhamento com os EUA

No dia 3 de março, o governo do Equador anunciou o início de operações militares conjuntas com os Estados Unidos contra organizações classificadas como terroristas, sobretudo ligadas ao narcotráfico e à mineração ilegal. Confirmada pelo Comando Sul dos Estados Unidos, divisão militar que atua na região sul-americana, a iniciativa prevê apoio técnico e logístico norte-americano, sem o envio de tropas ao território equatoriano. Por um lado, a medida ocorre após o referendo realizado no Equador que rejeitou o retorno de bases militares estrangeiras no país, mas, por outro, indica maior alinhamento com a política de segurança dos EUA, que enquadra narcotraficantes como terroristas. Em 4 de março, o governo equatoriano declarou o embaixador de Cuba, Basilio Antonio Gutiérrez García, e toda a missão diplomática cubana como personas non gratas, determinando a saída em até 48 horas e anunciando o retorno do representante equatoriano em Havana. A decisão foi tomada pelo presidente Daniel Noboa após um incidente violento envolvendo a guarda-costeira cubana e uma embarcação norte-americana no litoral de Cuba, sob o pretexto da existência de ações cubanas organizadas para interferir em assuntos domésticos da política equatoriana. Já durante a Cúpula do Escudo das Américas, o presidente equatoriano assinou, em 7 de março, a Carta de Doral, acordo firmado entre o governo norte-americano e 12 líderes latino-americanos. O pacto autoriza o uso de força letal contra cartéis e organizações classificadas como narcoterroristas, estabelecendo uma coalizão regional com cooperação em inteligência, operações conjuntas e coordenação militar. Alinhada à doutrina “*America First*”, a iniciativa reforça o papel dos EUA na segurança hemisférica e prevê o início das operações em 31 de março. No dia 11 de março, Equador e Estados Unidos formalizaram a abertura da primeira unidade permanente do FBI no país, com o

objetivo de fortalecer o combate ao crime organizado transnacional. O acordo prevê cooperação direta com a Polícia Nacional, incluindo compartilhamento de informações, operações coordenadas e investigações sobre tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, contrabando de armas e financiamento do terrorismo. Segundo o governo equatoriano, a iniciativa representa um passo estratégico na ofensiva contra o crime organizado. Por fim, em 25 de março, a enviada especial dos Estados Unidos, Kristi Noem, nomeada pela Carta de Doral, reuniu-se com autoridades equatorianas no Palácio de Carondelet, no âmbito da iniciativa Escudo das Américas. A agenda incluiu encontros com a chancelaria e os ministérios do Interior e da Defesa e a condecoração com a Ordem Nacional ao Mérito, no grau da Grande Cruz, a mais alta honraria civil do Equador, outorgada pelo presidente Noboa.

**Fontes:** [BBC News](#), 04/03/2026; [El País](#), 04/03/2026; [Infobae](#), 07/03/2026; [Deutsche Welle](#), 11/03/2026; Primicias, 25/03/2026.

## Irfaan Ali aprofunda parceria da Guiana com os Estados Unidos

No dia 7 de março, o presidente da Guiana, Irfaan Ali compareceu ao evento Escudo das Américas, que ocorreu em Miami, promovido pela gestão de Donald Trump. Além do presidente, outras 11 lideranças da América do Sul, América Central e do Caribe compareceram à cúpula, que foi anunciada como um encontro para discutir questões de segurança e do combate ao narcotráfico. Um dia antes, em 6 de março, Irfaan Ali encontrou-se com o Secretário de Energia dos Estados Unidos, Chris Wright. Na ocasião, foram discutidas formas de aprofundar as relações entre os dois países no setor energético e, além disso, Wright aproveitou para afirmar que a Guiana é um parceiro-chave que está sendo “bem governada” por Irfaan Ali. O comentário de insere em um contexto mais amplo do desenvolvimento petrolífero do país sul-americano, já que o setor energético da Guiana vem sendo construído, principalmente, por empresas estrangeiras, em especial estadunidenses, como é o caso da ExxonMobil. No mês de março, em mais de uma ocasião, Irfaan Ali declarou que a Guiana pretende se tornar um hub energético na região do Caribe; nesse contexto, projetos de infraestrutura vêm sendo desenvolvidos para conectar a produção *offshore*

ao território continental, ao mesmo tempo em que há discussões sobre possíveis iniciativas de integração energética regional, inclusive com o Suriname. A conjuntura bélica que intensificou tensões no Estreito de Ormuz tornou-se um fator de sustentação ao argumento de Irfaan Ali, visto que a Guiana se apresenta como uma fonte de energia fóssil fora do circuito do Oriente Médio. Porém, esse conjunto de informações, que sugere uma integração econômica estratégica por parte da Guiana em relação aos Estados Unidos, também guarda desafios estruturais. O aumento dos preços dos barris de petróleo, que à primeira vista deveria favorecer as exportações da Guiana, converteu-se em pulsos inflacionários devido ao encarecimento dos fretes das importações de que a economia pouco industrializada do país depende. Essa situação, por sua vez, pode ter permitido que empresas operadoras do setor, como a ExxonMobil, capturassem parte desses ganhos de curto prazo. Nesse sentido, no dia 19 de março, durante o 136º Encontro Anual da Câmara de Comércio e Indústria de Georgetown, Irfaan Ali pediu colaboração das empresas privadas para controlar a inflação, sugerindo a moderação das margens de lucro em nome do bem-estar social.

**Fontes:** [Guyana Times](#), 01/03/2026; [Demerara Waves](#), 19/03/2026; [Kaieteur News](#), 22/03/2026; [Kaieteur News](#), 23/03/2026; [Caribbean News Global](#), 25/03/2026.

## Relações da Colômbia com países da região variam entre tensões e cooperações

No dia 16 de março, durante uma reunião com ministros, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, denunciou a descoberta de um artefato explosivo equatoriano dentro do território colombiano. Cogitando ter havido uma possível operação militar realizada pelo Equador, Petro questionou seu homólogo, Daniel Noboa, sobre o ocorrido. Noboa afirmou que tem realizado intervenções contra grupos armados apenas dentro de seus limites territoriais. O presidente equatoriano ainda acusou Petro de permitir a livre circulação de organizações armadas entre as fronteiras. Após implementarem uma comissão binacional para investigar o ocorrido, foi concluído, no dia 23 de março, que o bombardeio não teria sido direcionado à Colômbia, mas que o ponto inicial de impacto da bomba foi em território equatoriano, que ricocheteou

cerca de 210 metros para o lado colombiano. Além das tensões com seu vizinho, no dia 20 de março, o jornal *The New York Times* divulgou que Petro passou a ser investigado pelo Departamento de Justiça dos EUA, com objetivo de determinar se há vínculos entre o presidente e narcotraficantes, reforçados por possíveis encontros durante a campanha presidencial de 2022. Em fase inicial, o Ministério Público dos EUA, em Manhattan, não divulgou informações, nem comentou sobre a investigação. Já no dia 31 do mesmo mês, o *The New York Times* confirmou, a partir de fontes do governo estadunidense, que não há acusações criminais formais. Tal veiculação de notícias acerca do incipiente caso por fontes influentes como *The New York Times* foi apontada, por parte das mídias colombianas, como uma utilização de “vazamentos pela mídia para reiniciar uma campanha jurídica contra Petro e seu candidato”, que lidera as intenções de voto nas pesquisas mais recentes. Apesar de tal pressão, o governo colombiano, às vésperas da Cúpula da CELAC-África, assinou um acordo com mais de 80 iniciativas com o Brasil. Em encontro entre o Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Mauro Vieira, e a chanceler colombiana, Rosa Yolanda Villavicencio, o Plano de Ação para a Parceria Estratégica Brasil-Colômbia projeta parcerias nas áreas de infraestrutura, integração produtiva, meio ambiente, direitos humanos, saúde, educação e desenvolvimento social. Poucos dias após o encontro, a Cúpula da CELAC-África, organizada pela Colômbia, foi realizada. Com destaque para falas de protesto contra as tensões internacionais e as guerras na Eurásia, a reunião foi marcada pela baixa presença de lideranças nacionais. Além de Gustavo Petro, estiveram presentes os homólogos brasileiros, Lula; uruguaio, Yamandú Orsi; do Burundi, Évariste Ndayishimiye; da Guiana, Mark Phillips; e de São Vicente e Granadinas, Godwin Friday.

**Fontes:** [Infobae](#), 17/03/2026; [The New York Times](#), 20/03/2026; [CNN Brasil](#); 20/03/2026; [La Vanguardia](#), 25/03/2026; [El Tiempo](#), 22/03/2026; [Metrópoles](#), 24/03/2026; [The New York Times](#), 31/03/2026.

## Eleições legislativas na Colômbia consolidam Pacto Histórico como maior força

No dia 8 de março, ocorreu o pleito legislativo para mandatos de 2026 até 2030, na Colômbia. Responsável

por eleger os membros do Senado e da Câmara, a votação contou com a participação popular de 50% dos cerca de 41 milhões de eleitores aptos. Tal número representa um aumento de 3 pontos percentuais, se comparado ao mesmo pleito de 2022. Com cerca de 4,5 milhões de votos, o partido do presidente Gustavo Petro, Pacto Histórico, conquistou o maior número de cadeiras em ambas as casas – 25 no Senado e 37 na Câmara. Apresentando um crescimento de 1,6 milhões de votos e, respectivamente, 5 e 11 representantes, a eleição legislativa consolida a força política da agenda de Petro. Já como segunda força, o partido do ex-presidente Álvaro Uribe, Centro Democrático, alcançou 3 milhões de cédulas, cerca de 1 milhão a mais comparando a 2022. Apesar da não eleição do ex-mandatário pela primeira vez desde que saiu da presidência, seu partido será representado por 17 membros no Senado e 28 na Câmara – no último pleito foram, respectivamente, 13 e 16. Na sequência, partidos tradicionais, como o Liberal, Conservador e La U, conquistaram cerca de 10 cadeiras cada. A partir de tal formação legislativa, qualquer candidato presidencial eleito terá que negociar alianças para alcançar maioria. Além do pleito, no dia 8 de março, o Centro Democrático definiu, a partir da votação popular interpartidária, sua candidata à presidência. O nome de Paloma Valencia já havia sido especulado e alcançava cerca de 10% das intenções de votos em pesquisas prévias à sua efetivação como candidata. Após tal definição, foi realizada, pelo Centro Nacional de Consultoria, uma nova, divulgada em 22 de março, na qual Valencia saltou para a segunda colocação com 22%, ultrapassando Abelardo de La Espriella, com 15%. Mesmo com mudanças, Ivan Cepeda, candidato do Pacto Histórico e do presidente Gustavo Petro, seguiu na liderança alcançando 35%. Em quarto lugar, a ex-prefeita de Bogotá, Claudia López, ficou com cerca de 3% das intenções. Além da ascensão de Paloma Valencia, a queda de La Espriella e uma nova possibilidade de segundo turno entre o Pacto Histórico e o Centro Democrático aumentou a incerteza quanto ao resultado projetado. Enquanto a disputa entre Cepeda e La Espriella apontava para um favoritismo de, respectivamente, 48% contra 36%, o cenário entre o primeiro e Valencia aponta para um empate técnico de 43,3% contra 42,9%.

**Fontes:** [El País](#), 09/03/2026; [CNN Colombia](#), 10/03/2026; [Registraduría](#), 12/03/2026; [Infobae](#), 22/03/2026.

## Kast toma posse do governo do Chile e reorienta política externa e ambiental

Em março de 2026, o governo de José Antonio Kast, que tomou posse em 11 daquele mês, foi marcado por decisões que indicam uma reorientação da política externa e ambiental chilena. No plano internacional, no dia 20 de março, o governo decidiu não aderir a uma declaração conjunta em defesa dos direitos LGBTQIAPN+ na Organização dos Estados Americanos (OEA), justificando divergências quanto à linguagem do documento e à forma como certos conceitos foram definidos. Tomás Pascual, embaixador do Chile na OEA durante o governo de Gabriel Boric, afirmou que a posição adotada pelo governo Kast indica uma quebra da tradição de uma postura consistente na promoção dos direitos humanos na OEA, que o Chile manteve durante os governos de Michelle Bachelet (2006–2010; 2014–2018), Sebastián Piñera (2010–2014; 2018–2022) e Gabriel Boric (2022–2026). Já em 24 de março, o governo anunciou a retirada do apoio do Chile à candidatura de Michelle Bachelet à Secretaria-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), adotando uma posição de neutralidade com base em critérios estratégicos e na avaliação da baixa viabilidade da candidatura. A decisão gerou repercussão internacional e críticas de setores oposicionistas. Embora não invalide formalmente a candidatura, a medida enfraquece sua legitimidade. Bachelet afirmou que dará continuidade ao processo, reafirmando a natureza coletiva de sua candidatura, também apoiada pelo Brasil e pelo México. No âmbito doméstico, no dia 17 de março, o Executivo chileno retirou do processo de tramitação, na Controladoria Geral da República do Chile, cerca de 43 decretos ambientais herdados da administração anterior, incluindo medidas de criação de áreas protegidas, proteção de espécies e regulação de emissões, sob a justificativa de revisão técnica de início de mandato. A medida, no entanto, foi criticada por organizações ambientais e pela oposição, que a interpretaram como um possível retrocesso na agenda ambiental do país.

**Fontes:** [La Tercera](#), 17/03/2026; [El País](#), 20/03/2026; [El País](#), 24/03/2026.

## Escândalos e troca de gabinete agravam crise política no Peru em meio à campanha eleitoral

No dia 15 de março, em meio à campanha eleitoral, Napoleón Becerra, do Partido dos Trabalhadores e Empreendedores (PTE-Peru), candidato à presidência do Peru, faleceu em um acidente de trânsito. Sua morte mobilizou candidatos de diversos partidos, que expressaram solidariedade à família e ao partido. Em 17 de março, outro evento trouxe novas instabilidades para os preparativos do pleito presidencial. No âmbito do governo interino de José María Balcázar, a primeira-ministra Denisse Miralles apresentou sua renúncia à Presidência do Conselho de Ministros, a apenas um dia de comparecer ao Congresso para solicitar o voto de confiança ao seu gabinete. A demissão ocorreu após bancadas dos partidos Avanza País e Renovação Popular anteciparem a recusa ao gabinete, colocando Miralles em situação crítica diante do Parlamento. Em seguida, Luis Enrique Arroyo Sánchez assumiu como novo presidente do Conselho de Ministros, com o gabinete juramentado no mesmo dia no Palácio de Governo, em Lima. Miralles ficou apenas 22 dias no cargo, evidenciando a profundidade da crise político-institucional no Peru, que não se encerrou com a troca de premier. Na sequência, em 22 de março, Ángel Alfaro Lombardi renunciou ao Ministério de Energia e Minas após a divulgação de uma denúncia por abuso sexual. O governo de Balcázar aceitou o pedido de demissão. O quadro de fragilidade do Executivo se refletiu também nos debates presidenciais promovidos ao longo do mês. Na segunda rodada de debates, os onze candidatos presentes centraram suas propostas em segurança pública e combate à corrupção, e um ponto de convergência notável foi a identificação do Congresso como o principal responsável pela crise atual do país. Entre as medidas recorrentes estavam a reforma da Polícia Nacional do Peru, a reorganização do sistema de justiça e a construção e reestruturação de presídios. Do ponto de vista eleitoral, as pesquisas de intenção de voto revelaram um cenário fragmentado e de baixíssima densidade: segundo levantamento da Ipsos realizado nos dias 26 e 27 de março, Keiko Fujimori (Fuerza Popular) liderava com 11% das intenções de voto, seguida por Rafael López Aliaga (Renovação Popular) com 9%, ambos estagnados em relação a pesquisas anteriores. O humorista Carlos Álvarez (País para Todos) subiu de 5% para 7% e passou a ocupar o terceiro lugar. A pesquisa também indicou que 21% dos peruanos

votariam em branco, nulo ou por nenhum candidato, enquanto 13% ainda não haviam definido sua escolha, um retrato consistente com a desafeição política documentada em meses anteriores. As eleições gerais estão marcadas para 12 de abril de 2026.

**Fontes:** [La República](#), 15/03/2026; [La República](#), 17/03/2026; [La República](#), 17/03/2026; [Infobae](#), 17/03/2026; [La República](#), 22/03/2026; [La República](#), 25/03/2026; [La República](#), 29/03/2026.

